

Capacitação
Regional

COMPLIANCE & GOVERNANÇA
CONTRATAÇÕES & CONVÊNIOS
FINANÇAS & ORÇAMENTO

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO NO TCU EM FOCO

Visão sistêmica e pragmática: sistema de controle, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, atuação do TCU, processo administrativo, responsabilização, LINDB e defesa administrativa.



CARGA HORÁRIA: 16 horas

APRESENTAÇÃO

Todos os que gerenciam recursos públicos, sejam pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, estão submetidos ao regime de prestação de contas, conforme preconiza o artigo 70 da Constituição Federal. Este dispositivo constitucional estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial é conduzida pelo Congresso Nacional, com o suporte do Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o artigo 71 da mesma Carta Magna, o TCU desempenha funções essenciais, tais como: julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das administrações direta e indireta; apreciar as contas daqueles que, por ato ilícito, causarem prejuízo ao erário; além de realizar inspeções e auditorias em unidades administrativas dos órgãos e entidades sob sua jurisdição.

A atividade contenciosa do TCU é regulamentada pela Lei nº 8.443/1992, a Lei Orgânica do Tribunal, e por seu Regimento Interno, que estabelecem procedimentos específicos e uma jurisprudência que delimita critérios rigorosos para a atribuição de responsabilidades por atos ilícitos e danos ao patrimônio público.

Através de sucessivos julgamentos e fiscalizações, a jurisprudência do TCU tem consolidado entendimentos e parâmetros relacionados à aplicação de suas normas processuais singulares, assim como critérios para imputar responsabilidade aos jurisdicionados por atos danosos aos cofres públicos.

No âmbito do TCU, o contencioso engloba uma complexa gama de processos que requerem compreensão aprofundada da legislação e das normativas específicas, que abrangem desde a tomada de contas especial e julgamento de irregularidades até a aplicação de multas e outras penalidades. É fundamental que os administradores dos órgãos e entidades jurisdicionados dominem os detalhes das etapas processuais, as obrigações documentais e as implicações legais correspondentes, necessitando de clareza sobre as normas que regem o contencioso administrativo no Tribunal.

Neste contexto, a CONECTA, sob a curadoria da professora Monique Rocha Furtado, advogada experimentada na defesa administrativa junto aos Tribunais de Contas, introduz um programa inédito no calendário anual de capacitação especializada sobre o Contencioso Administrativo no TCU. O presente programa visa esclarecer e aprofundar o conhecimento sobre as disputas que envolvem análise de contratos, licitações e a aplicação de sanções em casos de irregularidades, não se limitando a detalhar o processo contencioso, mas também proporcionando uma visão holística que abrange desde as bases legais até as estratégias de defesa, abordando temas como:

- ◆ O papel do controle externo e sua interação com o controle interno, compliance, auditoria, jurídico e alta direção dos órgãos e entidades jurisdicionados;

- ◆ As bases legais do contencioso no TCU;
- ◆ Os procedimentos e etapas do processo contencioso administrativo;
- ◆ Estratégias para a preparação e apresentação de defesas;
- ◆ Gerenciamento de riscos para o cumprimento das decisões do Tribunal;
- ◆ As jurisprudências relevantes aplicadas em estudos de caso;
- ◆ A responsabilização no TCU, particularmente à luz das recentes alterações na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro pela Lei 13.655/2018.

Com uma abordagem holística, este programa capacita os participantes a atuar de forma eficaz e informada, preparando-os para enfrentar os desafios do contencioso no ambiente complexo e regulamentado do TCU, especialmente destinado a gestores em cargos de chefia e membros da alta administração, bem como a agentes de assessoramento atuantes nos setores de controle interno, compliance, auditoria, jurídico, licitações e contratos.

OBJETIVOS

- ◆ Capacitar profissionais para interpretar e aplicar as legislações e jurisprudências pertinentes ao contencioso administrativo no TCU, garantindo uma compreensão abrangente e prática dos processos e procedimentos legais envolvidos.
- ◆ Equipar gestores e agentes de assessoramento com as ferramentas necessárias para analisar e gerir disputas administrativas, desenvolver estratégias de defesa, implementar controles processuais apropriados, e assegurar conformidade com as regulamentações do TCU.
- ◆ Fornecer aos participantes uma visão pragmática das funções e responsabilidades no contencioso do TCU, combinando teoria e prática para aprimorar as competências necessárias na gestão de casos de irregularidades e fiscalizações.
- ◆ Habilitar os participantes para administrar os procedimentos contenciosos, desde a fase de investigação e análise inicial até a representação em audiências e o cumprimento de decisões, minimizando riscos e aprimorando a gestão e governança corporativa.
- ◆ Instruir gestores e agentes das Administrações Diretas, das Estatais e do Sistema S, que estão jurisdicionados pelo TCU, sobre as melhores práticas em procedimentos contenciosos, gestão de riscos jurídicos e *compliance*, capacitando-os para lidar com as demandas e desafios relacionados à governança e à responsabilidade administrativa.

PÚBLICO-ALVO

- ◆ Membros de equipes de planejamento das contratações, unidade requisitante, almoxarife e demais servidores que atuam nas áreas de compras;
- ◆ Ordenadores de despesas;
- ◆ Advogados, assessores jurídicos, procuradores, auditores, membros dos controles interno e externo e demais profissionais da área do Direito, do Compliance e do Controle;
- ◆ Pregoeiros, agentes de contratação e membros de comissões;
- ◆ Servidores de áreas requisitantes de bens e serviços;
- ◆ Gestores e fiscais de contratos, em especial aqueles que lidam com ateste para fins de pagamento;
- ◆ Profissionais que atuam no planejamento, elaboração e processamento de editais, documentos técnicos, administrativos, jurídicos e afins; e,
- ◆ Colaboradores de entidades do Sistema S, OSCIP, OS, ONG, fundações, institutos, agências, universidades, autarquias e empresas estatais interessados em aprimorar suas práticas laborais à luz dos temas abordados no conteúdo programático.

PROFESSORA



Monique Rocha Furtado

Advogada e consultora em Direito Administrativo e Compliance. Diretora de Intercâmbio e Relações Internacionais da ABRA – Associação Brasileira das Advogadas (2024/2026). Head de negócios públicos e Sócia-fundadora do escritório ROCHA FURTADO ADVOCACIA. Sócia-Diretora da AMPLA e da CONECTA, empresas especializadas em capacitação de servidores públicos em projetos "in companys" e eventos abertos, respectivamente. MBA em Compliance e Governança pela Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de Brasília (UnB); Especializada em Direito, Economia e Compliance pela Universidade de Coimbra – Portugal; Pós-graduada em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Público (IDP); e Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Certificada em Compliance Anticorrupção – CPC-A – pela LEC/FGV. Foi Vice-presidente da Comissão da Advocacia nos Órgãos de Controle da OAB/DF (triênio 2016/2018); Membro do Grupo de Trabalho de Modernização da Lei de Licitações da OAB Federal (2017/2018); Membro da Comissão de Honorários da OAB/DF (triênio 2012/2015); Advogada Dativa do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/DF (2010/2011). Coautora da obra "Gestão de Contratos de Terceirização na Administração Pública – Teoria e Prática" (8ª Edição – Ed. Fórum, 2023). Coautora da obra "A Nova Lei de Licitações e Contratos: Onde estamos? E para onde vamos?" (CONSULTRE, 2021).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 - TRIÁDE GRC (GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE):

- ◆ Administração gerencialista - a visão sistêmica da atual estrutura gerencial;
- ◆ Entendendo a tríade GRC - governança, gestão de riscos e compliance);
- ◆ A governança pública e sua previsão nos regimes das Administrações Diretas, Estatais e Sistema S;
- ◆ A importância da governança e da gestão de riscos.

MÓDULO 2 - CONTROLE:

- ◆ Conceito e objetivos;
- ◆ Elementos;
- ◆ Princípios;
- ◆ Classificações;
- ◆ Modelos;
- ◆ Sujeitos;
- ◆ Objeto.

MÓDULO 3 - SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE:

- ◆ Estrutura;
- ◆ Funcionamento.

MÓDULO 4 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU):

- ◆ Missão;
- ◆ Marcos históricos;
- ◆ Natureza jurídica;
- ◆ Estrutura e composição;
- ◆ Funções;
- ◆ Jurisdição.

MÓDULO 5 - FISCALIZAÇÃO:

- ◆ Contábil;
- ◆ Financeira;

- ◆ Orçamentária;
- ◆ Operacional;
- ◆ Patrimonial.

MÓDULO 6 - ATUAÇÃO DO TCU NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS, NAS ENTIDADES ESTATAIS E NOS SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS (SISTEMA S);

MÓDULO 7 - PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TCU:

- ◆ Conceitos;
- ◆ Princípios processuais;
- ◆ Fluxo processual;
- ◆ Etapas do processo;
- ◆ Exercício da ampla defesa;
- ◆ Deliberações;
- ◆ Recursos;
- ◆ Tipos de processo;
- ◆ Principais normas processuais.

MÓDULO 8 - ALTERAÇÕES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO (LINDB):

- ◆ Lei nº 13.655/2018;
- ◆ Pragmatismo e realismo jurídico;
- ◆ Proporcionalidade e razoabilidade na atividade de controle;
- ◆ Vedação à aplicação retroativa de nova interpretação;
- ◆ A Responsabilidade dos agentes por dolo ou erro grosseiro;
- ◆ Os precedentes no Direito Administrativo.

MÓDULO 9 - RESPONSABILIZAÇÃO NO TCU:

- ◆ Conceitos, tipos e requisitos;
- ◆ Excludentes;
- ◆ Critérios de responsabilização dos diversos jurisdicionados, inclusive à luz das alterações promovidas na LINDB.

INVESTIMENTO

R\$ 3.100

(três mil e cem reais)

INCLUSOS NO VALOR:

- ◆ **16 horas de experiência de capacitação presencial** – *networking* e interação;
- ◆ **Certificado digital CONECTA de capacitação;**
- ◆ **Apostila** para acompanhamento das aulas;
- ◆ **Kit do aluno** contendo pasta, caneta, marca-texto e bloco de anotações;
- ◆ **2 coffee-breaks e 2 almoços** no local do evento.

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

- ◆ A inscrição e contratação devem ser realizadas pelo site da CONECTA (www.conectaconhecimento.com.br) ou Telefone/WhatsApp (41) 3595-9980, sendo efetivada no envio da nota de empenho, autorização de fornecimento/serviço ou similar.
- ◆ O pagamento deverá ser realizado, em no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), em nome da **CONECTA CONHECIMENTO LTDA. (CNPJ nº. 53.272.150/0001-10)**, na seguinte conta bancária:



BANCO SICREDI (748)
Agência: 0730 | Conta: 66694-5
Chave PIX – CNPJ: 53.272.150/0001-10

AGENDA & TURMAS

 Fortaleza, CE

 7 e 8 de agosto | 24

Hotel Mareiro

Av. Beira Mar, 2380 - Meireles, Fortaleza - CE

Política de realização de eventos presenciais

A confirmação dos eventos (turmas) presenciais está condicionada à obtenção de um quórum mínimo de participantes inscritos. Por esta razão, recomendamos aos participantes a:

1. Aguardar a formalização da CONECTA em relação à confirmação da turma; e
2. Somente após receberem essa confirmação, proceder com a compra de passagens aéreas e a efetivação ou pagamento de reservas de hospedagem.

Na eventualidade de um participante precisar cancelar sua inscrição após a turma ter sido confirmada pela CONECTA, onde sua presença foi considerada no cálculo do quórum para viabilização do evento, o cancelamento deve ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis antes do início do evento.

Por razões operacionais, administrativas ou insuficiência de quórum, a CONECTA reserva o direito unilateral de remarcar agenda, alterar a programação ou o local de realização.


[CLIQUE AQUI](#) para conhecer a nossa política e instruir o processo com segurança.


Documentação para contratação

[CLIQUE AQUI](#) para obter acesso à documentação da CONECTA, incluindo certidões, atestados, declarações e outros documentos essenciais para a instrução do processo.



Vamos nos conectar?

 +55 (41) 3595-9980

 comercial@conectaconhecimento.com.br

conectaconhecimento.com.br

ampla
gov. 

 **JML**
GRUPO
PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA